

Do “Gênio Maligno” ao fetiche do *fast food* acadêmico

From the “Evil Genius” to the fetish of the academic fast food



Das loucuras da razão ao sexo dos anjos: biopolítica, hiperprevenção e produtividade científica.

Autores: Luis David Castiel; Javier Sanz-Valero e Paulo Roberto Vasconcellos-Silva. 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 188p. ISBN: 978-85-7541-214-5.

Verusca Moss Simões dos Reis¹

Doutora em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora de Pós-Doutorado Júnior do CNPq no PPGFil/UERJ.
E-mail: verusca.reis@gmail.com

Das loucuras da razão ao sexo dos anjos é um livro provocativo, a começar por seu título e capa. De início, ele já leva o leitor a refletir – e eu diria que esta é sua proposta central. Pensamos sobre o que deve tratar tal obra. Será que ela quer dizer que perdemos a razão e que isso nos leva a dialogar sobre coisas sem sentido, como por exemplo, o sexo dos anjos? Será que o gênio maligno cartesiano – que nos faz duvidar de nossos sentidos – voltou a nos atormentar? Bem, talvez ele nunca tenha realmente ido embora. Pois já não é de hoje que o sonho de que somente a razão (ou suas filhas pródigas: a ciência e a tecnologia) nos salvaria vem sendo questionado, só para lembrar alguns: Friedrich Nietzsche, Jürgen Habermas, Michel Foucault, Românticos na Alemanha, a Escola de Frankfurt, dentre outros.

De forma geral, o livro nos mostra que a visão concebida na modernidade, da razão como baluarte da libertação humana, se levada às últimas consequências, pode realmente nos “enlouquecer”. A proposta do livro é exatamente mostrar,

a partir do campo da saúde pública, mas não se restringindo a este, como a lógica da hiperprevenção (desde a diminuição dos riscos de doenças através da imunização, passando

por dietas que diminuam fatores de riscos, até programas que monitoram possíveis asteróides que destruiriam a Terra) está inserida em um contexto da biopolítica.

Em outras palavras, os autores defendem que a busca extrema pela diminuição dos “riscos” encarcerou a nossa “razão” e limita nossa possibilidade de buscar soluções criativas que estejam fora desses modelos. A alusão ao *enlouquecimento* da razão aparece no livro de diversas formas e prontamente em sua capa, onde a cartola faz alusão ao “louco” na obra *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carrol.

O livro possui seis capítulos que são antecedidos por um prefácio, uma apresentação e um prólogo, dando indícios da necessidade de contextualizar a obra e introduzir o leitor lentamente ao texto, dado seu caráter controverso. Segue-se ao final um epílogo.

No prefácio, no qual a Dra. Sandra Caponi, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), faz uma bela exposição da obra, fica resumido de forma contundente seu objetivo principal:

Constitui um convite para iniciar uma reflexão teórica, necessária e urgente, do modo como está sendo produzido conhecimento na área da saúde. O livro se propõe a nos auxiliar a desmontar as armadilhas instaladas pela proliferação dos discursos tecnocientíficos, que, pela mediação de correlações, probabilidades e estatísticas, constroem e legitimam a sociedade de risco (CAPONI, 2001, p. 17).

No prólogo, “Loucuras da razão”, os autores apresentam não somente as obras de Lewis Carrol, mas utilizam sua biografia, cindida entre o matemático e o literato, para designá-lo como um “protocologista louco”, ou seja, aquele que não segue regras ou

protocolos. O neologismo “protocologista” é utilizado algumas vezes ao longo do livro para designar “um imaginário adepto incondicional dos protocolos que, de alguma maneira, se dedica a produzir, lidar ou seguir protocolos no âmbito de suas práticas de pesquisa ou de planejamento, gestão ou intervenção na saúde, seja na esfera coletiva ou individual” (CASTIEL *et. al.*, 2011, p. 29). O autor de *Alice* poderia ser considerado “insano” se tomarmos uma definição mais abrangente de insanidade (FERREIRA, 1999), que vá para além das fronteiras da insanidade mental, mas também englobe “irreflexão, falta de discernimento, imprudência, temeridade; mas, sobretudo, aquilo que foge às normas, que é fora do comum, e também a pessoa, animal ou coisa a que se devota grande amor ou entusiasmo” (CASTIEL *et. al.*, 2011, p. 28). Para os autores, a busca por uma melhoria tecnológica, com o foco somente na produtividade, dentro de uma razão instrumental, estaria levando nossa razão à loucura. Exemplo disso é a busca por minimizar os riscos e o aumento da prevenção na sociedade em geral.

Os autores não se restringem somente ao setor da saúde, e também abordam o fenômeno da massificação da produção na vida acadêmica. Este leva as pesquisas a serem guiadas por demandas externas, que acabam alterando a própria concepção de conhecimento, guiada agora por valores instrumentais. Nesta lógica produtivista dentro de uma cultura empresarial e voltada para o mercado, os pesquisadores se veem, no mais das vezes, avaliados mais pela quantidade do que pela qualidade do que

produzem, o que os leva a *quase* perderem o verdadeiro sentido da sua atividade e a se comportarem, segundo os autores, como “coelhos de Alice” (p. 29). A característica da ironia, que aqui aparece, reina durante todo o livro e é apontada, segundo os autores, como uma possível saída para toda essa insanidade.

No primeiro capítulo, com o curioso título de “Utopia/atopia: Alma-Ata, saúde pública e o ‘Cazaquistão’”, os autores fazem uma espécie de “balanço” histórico, das três últimas décadas, tomando como marco a conferência de Alma-Ata, em 1978, no Cazaquistão, cuja herança foi o ideal (*utópico?*) de saúde para todos, incorporado nas legislações de diversos países, inclusive na do Brasil. Segundo os autores, o caráter utópico dos princípios debatidos na conferência tem sido utilizado com duplo significado (enaltecedor ou pejorativo), segundo interesses. Eles ainda ressaltam que o significado de utópico, como compartilhamento dos bens e bem-estar coletivo, presente na obra de Thomas More, se alterou. Os autores utilizam a leitura de Bauman da ideia de “utopia” para mostrar que, no nosso tempo, esta assume “um caráter focal, ativo, prático e individual” (CASTIEL *et. al.*, 2011, p. 65), o que nos leva a buscar soluções para os problemas não mais coletiva, mas individualmente. A busca pela “saúde perfeita” através da minimização dos riscos pode constituir uma nova “utopia”, que também “enlouquece” nossa razão.

Nesse contexto, ainda será cabível indagar pela qualidade humana da humanidade? Ainda haverá sentido em se discutir ontologicamente a

subjetividade humana como instituinte da sua condição? Será que esta questão tornar-se-á anacrônica, pois a subjetividade pode deixar de existir, uma vez que não será identificada pelos dispositivos empiricistas de visualização, significação e valorização que serão alçados a juízes finais definidores da existência das coisas? (CASTIEL *et. al.*, 2011, p. 72).

O capítulo 2, “A biopolítica e os enredos imunitários”, trata exatamente da relação entre o surgimento da noção de risco, dentro de uma ideologia da biopolítica, e a tentativa contemporânea de buscar mitigá-lo a todo instante. Para tal, os autores tomam como base, principalmente, o trabalho de Foucault, mas também citam Agamben, Esposito, Negri e Heller. Ainda que não haja um consenso em torno de tal conceito, ele nos permite compreender como as estruturas de poder se articulam às estruturas sociais e contextos históricos. O cerne da questão encontra-se numa situação em que, por um lado, é dado cada vez mais poder, ao especialista, de nos dizer como nos tornarmos cidadãos epidemiologicamente ativos; por outro, a busca pela “saúde perfeita” se dará por indivíduos politicamente anômicos. Ou seja, os indivíduos não vão para a *ágora* para debater como queremos viver, mas seguem as regras decididas pelos especialistas.

O terceiro e o quarto capítulo possuem um mesmo fio condutor, pois em ambos é feita uma avaliação da noção de risco (Bauman, Beck, Robert Castel e Lupton) e de hiperprevenção. No capítulo 3 (“Epidemiologia, desastres, hiperprevenção e corpo-risco”), os autores

mostram como a noção de hiperprevenção se aplica ao contexto de desastres e catástrofes, gerando uma espécie de epidemiologia dos desastres, onde se procura mitigar o risco ao máximo possível. Já no capítulo 4 (“Risco catastrófico em termos pessoais: saúde, genética e promoção da longevidade”), eles mostram como a noção de risco atua no plano individual, gerando grande angústia, onde se procura ao máximo, através da alimentação, procedimentos estéticos e médicos, aumentar a longevidade e afastar o medo catastrófico da morte.

Os dois últimos capítulos funcionam como uma cortina que encerra os últimos atos, ao apontarem duas facetas de uma mesma moeda. Se por um lado, no capítulo 5 (“A promoção da saúde como prática religiosa”) os autores mostram a veneração da saúde como epifania religiosa, por outro, no capítulo 6 (“O artigo científico como mercadoria acadêmica”) criticam um dos mecanismos sociais que dá credibilidade à figura do especialista: o da produtividade científica. A esses dois, segue-se o epílogo “sexo dos anjos (na torre de marfim)”, onde os autores fazem uma crítica a hipervalorização da instrumentação na saúde.

Podemos dizer, de forma resumida, que a ideia trazida desde a modernidade, de que o avanço científico e tecnológico, servindo à razão, levaria à construção de um “paraíso” na Terra, é o pano de fundo das análises dos autores. Essa crítica abre espaço para que se questione: o que realmente nos faz felizes *coletivamente*? A resposta da modernidade tardia foi investir na suposta felicidade “individual” a partir do surgimento da visão de

indivíduo como aquele que busca sua própria felicidade, que, no mais das vezes, passa pelo papel de consumidor e não mais de cidadão.

Outra questão subjacente é avaliar em que medida vale a pena viver numa sociedade em que a busca por mitigar “o risco” gera alto grau de ansiedade nos indivíduos e, ao mesmo tempo, como resultado da instauração da biopolítica, os impede de conseguir refletir sobre o tipo de sociedade em que se pretende viver. Ainda que não tenham colocado nesses termos, poderíamos dizer que os autores levam o leitor a se questionar: será que o preço que estamos pagando para viver numa sociedade que busca mitigar o risco em todos os setores não é alto demais? E, finalmente, outra questão que podemos inferir a partir dos temas trazidos pelos autores é que precisamos, tanto no plano coletivo, quanto individual, enfrentar o medo da morte. Toda empreitada realizada para se minimizar o risco é, na verdade, uma tentativa de postergar algo que é inevitável para todos.

Cabe-nos refletir sobre que sentido queremos dar a tantos avanços científicos e tecnológicos, sem perdermos de vista que tal discussão implica um debate ético e político e o enfrentamento do que está por trás da tentativa de mitigar o risco. Talvez o momento seja de uma reflexão sobre o sentido de nossa existência humana e o preço que estamos dispostos a pagar diante dos avanços científicos e tecnológicos, sem que a busca nos leve à “insanidade”. De certa forma, o mesmo gênero de indagação pelo qual *Alice* passou é também aquele que o livro propõe: uma reflexão sobre a busca de identidade (no livro, apontada no

plano coletivo) e também sobre o estilo de vida que queremos, ou que *podemos* ter.

Creio que o que falte ao livro seja propor soluções para os problemas tratados, ou seja, vias alternativas, ainda que essa não fosse sua pretensão inicial. Mas, em um tempo de crise de ideologias, no qual carecemos de saídas mais

palpáveis no plano coletivo do que caminhos individuais, precisamos buscar novos modelos políticos e de educação, que tragam a sociedade para o centro do debate. No entanto, seu objetivo se cumpre ao abrir uma breve fresta na “janela” de nossa razão, fazendo com que esta não se entregue à completa insanidade.

